

AZERTIA AOS SERVIDORES
DA UFG.

REAFIRMAR A LUTA **(TRIBO, CSC, CSD)**

Genérico

O INSTRUMENTO DE LUTA DA GREVE NÃO DEVE SER UTILIZADO DE FORMA BANALIZADA

O resultado da maioria das Assembléias de Base, remete a uma necessária reflexão e avaliação sobre a compreensão que temos acerca de nossa Greve, o caminho a ser percorrido e os cenários que se apresentam para esta luta, sem deixar de contextualizar a Greve na conjuntura em que vive o país.

A avaliação do CNG-FASUBRA, remetido no IG- justificando a continuidade da Greve está eivado de contradições que mereceram destaque supressivo do COLETIVO REAFIRMAR A LUTA, e mesmo sendo derrotadas as nossas posições por uma diferença pequena de votos, resolvemos manter a nossa posição para não assumirmos mais tarde o erro grave de omissão.

O que motivou a decisão das AGs/ base de continuidade da Greve?

Buscamos inicialmente analisar as deliberações das assembléias sobre a suspensão ou não da greve, e o documento elaborado pelo CNG, e ficamos cada vez mais convictos de que a avaliação feita anteriormente por este coletivo no documento Greve: O Momento do Movimento estava correta.

As diversas entidades que aprovaram a continuidade da greve se basearam em motivos diversos, o que demonstra uma falha na leitura do momento e em qual greve estamos inseridos.

Os motivos

- Incerteza com relação a garantia (ou falta) por parte do governo para sustentar a proposta,
- Compreensão de que o VBC deve ser resolvido ainda em 2005,
- Compreensão de que a racionalização deve ser imediatamente implantada
- Compreensão de que o aumento do auxílio-alimentação, a implantação do Plano de Assistência a Saúde, entre outros itens da pauta deveriam ser vencidos ainda no processo de greve.
- Algumas entidades se mantêm em greve por pautas internas.

As contradições

O documento do CNG, em seu **4º item**, afirma: "Só se efetivam as propostas depois de negociadas entre Governo e CNG, contendo no termo de acordo os desdobramentos da negociação, bem como instrumento jurídico acompanhado de acordo de líderes para votação e o termo de acordo é avalizado por Andifes e parlamentares". Essa reunião já ocorreu e o Governo já afirmou a proposta de implantação da segunda etapa do enquadramento, bem como a não absorção do VBC na tabela de janeiro de 2006.

Ora, essa é, portanto, uma etapa que estava sendo vencida, e que deveria implicar na assinatura do termo de compromisso e o restabelecimento da mesa de negociação. Quando o governo /Mec apresentou formalmente documento assinado e entregue a FASUBRA por duas vezes, sendo a última na presença de todo o CNG, de parlamentares e reitores, a nossa intenção e disposição do Governo – no próximo passo – era caminhar para a assinatura deste Termo. No entanto, o documento foi rejeitado pelo CNG, por não acreditar no mesmo!!! E

ainda.... com a compreensão de que não existe garantia segura neste Governo.... Várias vezes provocamos o debate sobre **O QUE É GARANTIA!!!** Que garantias os companheiros(as) do Vamos a Luta, exigem neste momento??? Já que não acreditam em nenhuma... Nem em documento assinado pelo Lula...Nem no Orçamento, onde já constam recursos na ordem de 9 bilhões para os servidores públicos???

O documento do CNG no **item 16** afirma "O CNG afirma e reafirma que em nenhum momento rompeu o processo de negociação e **não abriu mão de qualquer recurso apresentado em documentos e/ou em reuniões com o governo**"

Ora... como o CNG não abre mão de um recurso que, segundo o próprio CNG, não existe e não acredita no conteúdo do documento onde os mesmos constam de forma oficial!!! Como o Governo vai entender e reagir a esta posição contraditória!!!

Após a decisão do CNG, indicando o caminho de Continuidade de Greve e de não aceitar a proposta do Governo, pois não acredita nela, optamos por deixar que os companheiros do Vamos a Luta apresentassem como seguir este caminho de forma segura, para atingir o objetivo final. **Pasmem!!! Ninguém apresentou absolutamente nada.... Apenas sugestões de atividades e ações...** E onde que fica a análise dos cenários e perspectivas da Greve a partir de agora.... Como caminhar nesta estrada sem conhecê-la, sem saber para onde vai....? Onde fica a responsabilidade da Direção neste processo...? No final de todo o debate foram apresentadas as resoluções de conhecimento de todos, que em sua essência repetem as orientações do início da Greve, e apresenta as contradições acima mencionadas, que por si só merece uma resposta da base!!!

Reafirmamos a nossa posição

Não é a primeira Greve que a FASUBRA faz, e temos a convicção de que os demais pontos de nossa pauta de reivindicação, como Racionalização e desdobramentos da proposta de resolução de VBC, podem ser discutidos dentro da mesa de negociação. Temos que ser honestos com nossa base: **a Fasubra ainda não tem fechada qualquer proposta, sobre estes dois itens citados, para colocar na mesa de negociação, seja ela em greve ou não.**

Os estudos elaborados pelo GT CARREIRA para a solução definitiva do VBC, ainda não foram discutidos nas bases e necessitam da realização de seminários para escolha da melhor proposta.

- A racionalização dos cargos não está concluída. O GT CARREIRA ainda precisa finalizar alguns ambientes, promover discussões nas bases e aprovar a racionalização em uma plenária, ou comando de greve ampliado. Durante a negociação que estava em curso, foi constituído GT com esta finalidade....Este trabalho precisa imediatamente ser retomado, do contrário estaremos enfrentando mais um risco, que representa inclusive o descumprimento da Lei neste quesito da racionalização.... Portanto a racionalização não se resolverá em curto prazo, dado a complexidade e o embasamento legal que sustenta o debate acerca do tema.
- A segunda etapa do enquadramento precisa da definição dos percentuais a serem aplicados. A base apresentou propostas que alteram os anexos IV e V, e que ainda não foram discutidos no GT-Carreira, como por exemplo, a igualdade de tratamento para a titulação independentemente do nível de classificação.
- Além disso, existe um conflito entre o texto da lei e o anexo IV sobre a aplicabilidade ou não do incentivo à qualificação para os cargos que estão hierarquizados em níveis de classificação acima daquele em estaria inserido se considerado apenas a escolaridade. **Exemplo:** vigilante, cuja exigência de ingresso é primeiro grau e está locado no nível de classificação D, que por sua

vez tem exigência de segundo grau completo mais curso técnico. Caso esse vigilante tenha o segundo grau, ele faz ou não juz ao incentivo?

- Toda essa tramitação demanda tempo, seguramente superior a sessenta dias, o que **reforça a tese de que não temos uma proposta para negociar, em greve, com o Governo.**

A leitura que se faz hoje é de que, mais do que nunca, é preciso garantir a proposta feita pelo Governo e tentar ampliá-la na mesa de negociação.... Não podemos correr o risco de perder estes recursos.

A insistência na greve pode culminar com o recuo do Governo e a retirada daquilo que já foi proposto. Esse é um risco iminente e que poderá custar muito à categoria.

Temos a clareza de que a proposta de não absorção do VBC não resolve o problema definitivamente, mas, pelo menos, garante a mais de 52 mil trabalhadores em educação técnico-administrativos a possibilidade de ter algum reajuste em 2006. E com o estabelecimento da mesa de negociação, abre-se espaço para discussão de propostas que poderão eliminar definitivamente o VBC, avançar na construção de um cronograma para atingir a nossa Tabela Histórica de piso de 3 salários mínimos e step de 5% em etapas, e no entendimento acerca da Racionalização. **Para tanto, precisamos definir calendários de discussão na base das propostas já apresentadas em plenárias.**

É preciso que a categoria seja ouvida e tenha o entendimento dos riscos de rejeitar tal proposta.

ORIENTAÇÕES PARA AS BASES

01. Aprovar nas AGs a avaliação contida no documento do Reafirmar a Luta – Greve: O Momento do Movimento

02. Reafirmar a necessidade da suspensão unificada da greve, com:

- a) assinatura de termo de compromisso entre MEC e FASUBRA, garantindo a implantação da segunda etapa do enquadramento, tomando por base os valores máximos dos anexos; não absorção do VBC na tabela de janeiro de 2006; abertura imediata da mesa de negociação para os demais itens da pauta.
- b) cobrar do CNG avaliação de cenários e perspectivas desta Greve diante das contradições contidas na avaliação do CNG.

03. Encaminhar delegados(as) URGENTE para o CNG na carga máxima das entidades.

Paulo Henrique – Coord. Geral FASUBRA. (SINTET-UF)

João Paulo – Coord. Geral FASUBRA (STU)

Celso – Coord. Educação FSUBRA (APTAFURG)

Léia – Coord. Educação (SINTUF-MT)

Marquito – Coord. Formação (SINTUFF)

Vicente – Coord. Org. Sindical (ASSUFBA)

Marcos – Coord. Formação (SINTESPb)

Luizão – Coord. Políticas Sociais (ASSUFBA)

Mariani – Coord. Estaduais (SINTEPb)

Márcia – Coord. Aposentados (SISTA-MS)

Marlene – Coord. Adm. Finan. (SINTUFRJ)

Jose Miguel – Coord. Rel. Trabalho (SINTUFPA)

Fatinha – Suplente – (SINT-UFG)

Ricardo – Suplente – (ASSUFMS)

Luiz – Suplente – (SINTFUB)

Antonio TAVARES DIAS LAC
Uma Rincia Faria A.S
Fernando Cesar Neto
Alvino Pereira Frode
Pedro Ricardo - do-2-2 - CCS



Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás

INFORMES DA ASSEMBLÉIA DA CATEGORIA NA UFG

A Assembléia Geral dos Servidores Técnico-administrativos da UFG, realizada no dia 09.09.2005, aprova a seguinte RESOLUÇÃO:

1. **Manutenção da greve;**
2. **Reafirmar ao Comando Nacional de Greve o indicativo de suspensão de forma unificada,** com transformação do movimento para estado de greve, condicionando à assinatura de um termo de acordo entre MEC e FASUBRA, testemunhada pela Comissão de Parlamentares e a ANDIFES, onde, conste os compromissos assumidos pelo Governo na discussão promovida na reunião do dia 31.08, garantindo a instalação da mesa de negociação, onde, deveremos atuar para fazer avançar nossas conquistas e a negociação dos pontos da pauta de reivindicação;
3. Se houver a necessidade de retornar a greve, caso haja o fracasso das negociações ou com o descumprimento do acordo firmado, retornando com o movimento de greve radicalizado;
4. **Fazer mais uma crítica contundente ao Comando Nacional de Greve,** ressaltando o papel e a importância histórica das forças políticas na construção do movimento dos servidores e da FASUBRA, mais chamando a atenção para o estágio atual da nossa luta, onde deveremos priorizar nossas atenções para a discussão e conquista do eixo específico da greve, aprovado por ampla maioria no conjunto das IFES, atentando, também, para não colocar em risco o processo de negociação já conquistado até este momento, levando à categoria a possibilidade de perda dos recursos já apresentados pelo Governo na reunião do último dia 31 de agosto, com a presença do comando do MEC, do CNG, da Comissão Parlamentar e da ANDIFES;



Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás

5. Indicar que a FASUBRA reabra, imediatamente, as discussões sobre as propostas de tabelas que solucionam o VBC; Sobre percentuais de incentivos a qualificação; Carga horário dos cursos de capacitações e do processo de racionalização, com fechamento das propostas em reunião do CNG ampliado, inclusive, com participação das entidades que não aderiram ao movimento;
6. Por unanimidade de votos elegem como delegados ao CNG as companheiras Fátima dos Reis e Maria Lucimar Mendanha dos Santos e o companheiro Eduardo Marques dos Santos.

Goiânia, 09 de setembro de 2005.

COMANDO LOCAL DE GREVE